



# **NOVA OLINDA – CE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA -  
CEARÁ - CE**

**Técnico de Enfermagem**

**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº.  
001/2024**

**CÓD: OP-138DZ-24  
7908403566532**

## ***Língua Portuguesa***

|   |    |
|---|----|
| 1. Interpretação e Compreensão de Texto; Estrutura textual: progressão temática, parágrafo, frase, oração, período, enunciado, pontuação, coesão e coerência .....  | 7  |
| 2. Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta ..... | 14 |
| 3. Ortografia .....   | 22 |
| 4. Significados das palavras – Sinônimos, Antônimos, Parônimos e Homônimos; Denotação e Conotação .....   | 24 |
| 5. Pontuação .....  | 27 |
| 6. Acentuação Gráfica e emprego do sinal indicativo de crase .....  | 28 |
| 7. Flexão do substantivo; Emprego dos Pronomes .....  | 29 |
| 8. Figuras de linguagem .....   | 36 |
| 9. Regência nominal e verbal .....  | 40 |
| 10. Concordância nominal e verbal .....   | 42 |
| 11. Variedade linguística, formalidade e informalidade, formas de tratamento, propriedade lexical, adequação comunicativa ...   | 43 |
| 12. Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica .....   | 46 |
| 13. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo .....  | 48 |

## ***Conhecimentos Gerais***

|   |    |
|---|----|
| 1. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Nova Olinda - CE ....  | 55 |
| 2. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Nova Olinda - CE ..... | 84 |

## ***Conhecimentos Específicos Técnico de Enfermagem***

|  |     |
|--|-----|
| 1. Atribuições na saúde pública; Saúde Pública; Enfermagem em Saúde Pública .....  | 89  |
| 2. Processo saúde- doença .....  | 91  |
| 3. Imunizações; Vacinas; Calendário de Vacinas .....   | 93  |
| 4. Vigilância epidemiológica .....   | 101 |
| 5. Atenção à saúde da criança e do adolescente, do adulto, da mulher e do idoso; Saúde da mulher; Saúde da criança; Saúde do adulto; Saúde do idoso .....  | 104 |
| 6. Noções de administração aplicada à enfermagem .....   | 111 |
| 7. Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo .....  | 120 |
| 8. Didática aplicada à enfermagem .....  | 122 |
| 9. Ética e legislação em enfermagem: Princípios básicos de ética; Regulamentação do exercício profissional; Código de ética dos profissionais de enfermagem; Implicações éticas e jurídicas no exercício da enfermagem .....   | 125 |
| 10. Técnicas básicas de enfermagem: Sinais vitais; Mensuração de altura e peso; Interpretações de sinais e sintomas .....  | 141 |
| 11. Assepsia e controle de infecção; Biossegurança; Higiene (esterilização, desinfecção) .....   | 154 |
| 12. Enfermagem materno-infantil: Assistência à gestante no período pré-natal, pré-parto, parto e puerpério; Complicações obstétricas; Recém-nascido normal e patológico; Crescimento e desenvolvimento da criança; Aleitamento materno; Doenças da Primeira Infância ..... | 160 |

---

## ÍNDICE

---

|   |     |
|---|-----|
| 13. Doenças sexualmente transmissíveis/AIDS.....  | 180 |
| 14. Doenças infecto contagiosas; Vias de transmissão, profilaxia e cuidados de enfermagem relacionados a doenças transmissíveis e parasitárias.....   | 185 |
| 15. O programa de saúde da família; Conhecimentos inerentes ao ESF-Estratégia Saúde da Família.....   | 189 |
| 16. Vigilância à saúde: perfil epidemiológico, vacina, endemias e epidemias .....   | 193 |
| 17. Legislação da Saúde: Constituição Federal de 1988 (Título VIII- capítulo II- Seção II); Lei nº 8.142/1990 e Lei nº 8.080/1990 .   | 195 |
| 18. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde- NOB-SUS/1996.....   | 209 |
| 19. Norma Operacional da Assistência à Saúde- NOAS- SUS/2001 .....  | 224 |
| 20. Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS- NOAS-SUS de 2002 .....  | 236 |
| 21. Programa de Controle de Infecção Hospitalar .....   | 238 |
| 22. Lei Nº 10.507, de 10 de julho de 2002; O trabalho do agente comunitário de saúde .....  | 240 |
| 23. Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração e cuidados na aplicação, venoclise).....  | 248 |
| 24. Sondagens gástrica e vesical .....  | 253 |
| 25. Coleta de material para exames laboratoriais .....  | 254 |
| 26. Oxigenioterapia.....  | 259 |
| 27. Curativo; Prevenção de úlceras de pressão .....   | 264 |
| 28. Administração de dieta oral, enteral, parenteral .....  | 269 |
| 29. Enfermagem médico-cirúrgica: Cuidados de enfermagem ao paciente com distúrbios endócrinos, cardiovasculares, pulmonares, autoimunes e reumatológicos, digestivos, neurológicos e do sistema hematopoiético..... | 278 |
| 30. Preparo acondicionamento e métodos de esterilização e desinfecção de materiais; Material de laboratório .....   | 286 |
| 31. SUS; Programas Preventivos .....  | 295 |
| 32. Instrumentos cirúrgicos .....   | 297 |
| 33. Intoxicações; Fraturas; Coagulação; Hemorragias; Mordeduras e Picadas venenosas .....   | 306 |
| 34. Atendimento de emergência: parada cardiorrespiratória, corpos estranhos, intoxicações exógenas, estados convulsivos e comatosos, hemorragias, queimaduras, urgências ortopédicas.....                           | 307 |

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO; ESTRUTURA TEXTUAL: PROGRESSÃO TEMÁTICA, PARÁGRAFO, FRASE, ORAÇÃO, PERÍODO, ENUNCIADO, PONTUAÇÃO, COESÃO E COERÊNCIA

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

### — Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

### — Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

### — Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

### — Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

### Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral

deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

#### – Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

#### – Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

#### – Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela

seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

#### – Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

#### – Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

**1. Título e Introdução:** Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

**2. Linguagem e Tom:** A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

**3. Seleção de Argumentos:** Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

**4. Conectivos e Estrutura Argumentativa:** Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

**5. Conclusão:** Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

#### Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

#### – Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

#### – Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

#### – Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

**1. Tese:** A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

**2. Argumentos:** São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

**3. Contra-argumentos e Refutação:** Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

**4. Conclusão:** Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

#### – Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

**1. Argumento de autoridade:** Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

**Exemplo:** “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

**2. Argumento de exemplificação:** Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

**Exemplo:** “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

**3. Argumento lógico (ou dedutivo):** É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

**Exemplo dedutivo:** “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

**Exemplo indutivo:** “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

**4. Argumento emocional (ou patético):** Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

**Exemplo:** “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

**5. Argumento de comparação ou analogia:** Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

**Exemplo:** “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

#### – Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

#### Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

#### – Exemplos Práticos de Argumentação

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

#### – Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

**1. Avalie a pertinência dos argumentos:** Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

**2. Verifique a solidez da lógica:** O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

**3. Observe a diversidade de fontes:** O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

**4. Considere os contra-argumentos:** O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

#### – Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

#### – Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

#### 1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

# CONHECIMENTOS GERAIS

## ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, POLÍTICOS E ADMINISTRATIVOS DO MUNDO, BRASIL, CEARÁ E DO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA - CE

### Aspectos históricos, geográficos, econômicos e políticos Do Brasil

#### As Regionalizações Do Território Brasileiro<sup>1</sup>

A regionalização pode ser entendida como a divisão de um território em áreas que apresentam características semelhantes, de acordo com um critério preestabelecido pelo grupo de pessoas responsáveis por tal definição: aspectos naturais, econômicos, políticos e culturais, entre tantos outros.

Portanto, regionalizar significa identificar determinado espaço como uma unidade que o distingue dos demais lugares o seu redor.

A divisão de um território em regiões auxilia no planejamento das atividades do poder público, tanto nas questões sociais quanto econômicas, já que permite conhecer melhor aquela porção territorial.

O governo e as entidades privadas podem executar projetos regionais, considerando o número de habitantes de cada região, as condições de vida de sua população, as áreas com infraestrutura precária de abastecimento de água, esgoto tratado, energia elétrica, entre outros.

#### Os Critérios de Divisão Regional do Território

O Brasil é um país muito extenso e variado. Cada lugar apresenta suas particularidades e existem muitos contrastes sociais, naturais e econômicos.

Como cada região diferencia-se das demais com base em suas características próprias, a escolha do critério de regionalização é muito importante.

Um dos critérios utilizados para regionalizar o espaço pode ser relacionado a aspectos naturais, como clima, relevo, hidrografia, vegetação, etc.

A regionalização também pode ser feita com base em aspectos sociais, econômicos ou culturais. Cada um apresenta uma série de possibilidades: regiões demográficas, uso do solo e regiões industrializadas, entre outras.

#### As Regiões Geoeconômicas

A fim de compreender melhor as diferenças econômicas e sociais do território brasileiro, na década de 1960, surgiu uma proposta de regionalização que dividiu o espaço em **regiões geoeconômicas**, criada pelo geógrafo Pedro Geiger.

<sup>1</sup> FURQUIM Junior, Laercio. *Geografia cidadã*. 1ª edição. São Paulo: Editora AJS, 2015.

TERRA, Lygia. *Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil* – Lygia Terra; Regina Araújo; Raul Borges Guimarães. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.

Nessa regionalização, o critério utilizado foi o nível de desenvolvimento, características semelhantes foram agrupadas dentro da mesma região. De acordo com esse critério, o Brasil está dividido em três grandes regiões: **Amazônia, Nordeste e Centro-Sul**, como pode observar-se no mapa a seguir.

#### Brasil: regiões geoeconômicas



Elaborado por: Santiago Alves de Siqueira - www.santiago.pro.br

[http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/5/normal\\_brasilgeoeconomico.jpg](http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/5/normal_brasilgeoeconomico.jpg)

Os limites da Amazônia correspondem à área de cobertura original da Floresta Amazônica. Essa região é caracterizada pelo baixo índice de ocupação humana e pelo extrativismo vegetal e mineral.

Nas últimas décadas, a Amazônia vem sofrendo com o desmatamento de boa parte de sua cobertura original para a implantação de atividades agropecuárias, como o cultivo de soja e a criação de gado.

A região Nordeste é tradicionalmente caracterizada pela grande desigualdade socioeconômica. Historicamente, essa região é marcada pela presença de uma forte elite composta basicamente por grandes proprietários de terra, que dominam também o cenário político local.

A região Centro-Sul é marcada pela concentração industrial e urbana. Além disso, apresenta elevada concentração populacional e a maior quantidade e diversidade de atividades econômicas.

Essa proposta de divisão possibilita a identificação de desigualdades socioeconômicas e de diferentes graus de desenvolvimento econômico do território nacional.



Seus limites territoriais não coincidem com os dos estados. Assim, partes do mesmo estado que apresentam distintos graus de desenvolvimento podem ser colocadas em regiões diferentes. Porém, esses limites não são imutáveis: caso as atividades econômicas, as quais influenciam as áreas do território, passem por alguma modificação, a configuração geoeconômica também pode mudar.

**Outras Propostas de Regionalização**

**Regionalização do Brasil por Roberto Lobato Corrêa**



[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Rita/flg386/2s2016/Regionalizacoes\\_do\\_Brasil.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Rita/flg386/2s2016/Regionalizacoes_do_Brasil.pdf)

Outro geógrafo, chamado Roberto Lobato Corrêa, também fez uma proposta de regionalização que dividia o território em três: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.

No entanto, em sua proposta ele respeitava os limites territoriais dos estados, diferentemente da proposta das regiões geoeconômicas que acabamos de observar acima.

**Regionalização do Brasil por Milton Santos**



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1551&evento=5>

Os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira propuseram outra regionalização para o Brasil, que divide o território em quatro regiões: Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Concentrada.

Essa divisão foi feita com base no grau de desenvolvimento científico, técnico e informacional de cada lugar e sua influência na desigualdade territorial do país.

A região Concentrada apresenta os níveis mais altos de concentração de técnicas, meios de comunicação e população, além de altos índices produtivos.

Já a região Centro-Oeste caracteriza-se pela agricultura moderna, com elevado consumo de insumos químicos e utilização de tecnologia agrícola de ponta.

A região Nordeste apresenta uma área de povoamento antigo, agricultura com baixos níveis de mecanização e núcleos urbanos menos desenvolvidos do que no restante do país. Por fim, a Amazônia, que foi a última região a ampliar suas vias de comunicação e acesso, possui algumas áreas de agricultura moderna.

**As Regiões do Brasil ao Longo do Tempo**

Os estudos da Divisão Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) tiveram início em 1941. O objetivo principal deste trabalho foi o de sistematizar as várias divisões regionais que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única divisão regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras.

A proposta de regionalização de 1940 apresentava o território dividido em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Este (Leste), Sul e Centro. Essa divisão era baseada em critérios tanto físicos como socioeconômicos.

**Regionalização do Brasil → década de 1940**



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1557&evento=5>

**IBGE e a Proposta de Regionalização**

O IBGE surgiu em 1934 com a função de auxiliar o planejamento territorial e a integração nacional do país. Consequentemente, a proposta de regionalização criada pelo IBGE baseava-se na assistência à elaboração de políticas públicas e na tomada de decisões no que se refere ao planejamento territorial, por meio do estudo das estruturas espaciais presentes no território brasileiro. Observe a regionalização do IBGE de 1940 no mapa acima.

**Regionalização do Brasil → década de 1950**



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1558&evento=5>

Na década de 1950, uma nova regionalização foi proposta, a qual levava em consideração as mudanças no território brasileiro durante aqueles anos.

Foram criados os territórios federais de Fernando de Noronha, Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu – esses dois últimos posteriormente extintos.

Note também que a denominação das regiões foi alterada e que alguns estados, como Minas Gerais, mudaram de região.

**Regionalização do Brasil → década de 1960**



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1560&evento=5>

Na década de 1960, houve a inauguração da nova capital federal, Brasília. Além disso, o Território de Guaporé passou a se chamar Território de Rondônia e foi criado o estado da Guanabara. Observe o mapa a seguir.

**Regionalização do Brasil → década de 1970**



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1561&evento=5>

Na década de 1970, o Brasil ganha o desenho regional atual. É criada a região Sudeste, que abriga os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

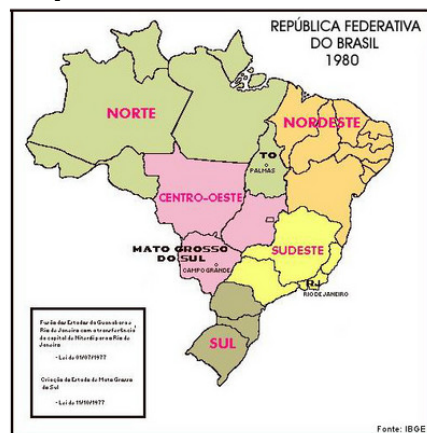
O Acre é elevado à categoria de estado e o Território Federal do Rio Branco recebe o nome de Território Federal de Roraima.

A regionalização da década de 1980 mantém os mesmos limites regionais. No entanto, ocorre a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e a criação do estado do Mato Grosso do Sul.

A mudança nas regionalizações ao longo dos anos é fruto do processo de transformação espacial como resultado das ações do ser humano na natureza.

Assim, reflete a organização da produção em função do desenvolvimento industrial.

**Regionalização do Brasil → década de 1980**



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1562&evento=5>

### A Regionalização Oficial do Brasil Atual

A regionalização oficial do Brasil é a de 1990 e apresenta as modificações instituídas com a criação da Constituição de 1988.

Os territórios de Roraima e Amapá são elevados à categoria de estado (o território de Rondônia já havia sofrido essa mudança em 1981); é criado o estado de Tocantins; e é extinto o Território Federal de Fernando de Noronha, que passa a ser incorporado ao estado de Pernambuco.

### Regionalização oficial do Brasil atual



<http://alunosonline.uol.com.br/geografia/regionalizacao-brasil.html>

É importante refletir sobre a regionalização atual proposta pelo IBGE, já que ela não apresenta uma solução definitiva para a compreensão dos fenômenos do território brasileiro.

A produção do espaço é um processo complexo, resultado da interação de diferentes fatores e não pode ser encaixada dentro de uma categoria única e específica.

A atual divisão regional obedece aos limites dos estados brasileiros, mas não necessariamente aos limites naturais e humanos das paisagens, os quais, muitas vezes, não são tão evidentes.

É o caso, por exemplo, do Maranhão. Grande parte de seu território apresenta características naturais comuns à região Norte, principalmente devido à presença da Floresta Amazônica. Além disso, o estado apresenta fortes marcas culturais que também remetem ao Norte, como a tradicional festa do Boi-Bumbá.

No entanto, segundo a regionalização oficial, o Maranhão faz parte da região Nordeste.

### Região e Planejamento

A divisão do território brasileiro em regiões definidas pelo IBGE teve como objetivo facilitar a implantação de políticas públicas que estimulassem o desenvolvimento de cada região.

Um dos aspectos marcantes do espaço geográfico brasileiro é a disparidade regional. Isso significa que as diferentes regiões possuem níveis distintos de desenvolvimento. Uma das principais causas dessa disparidade é a concentração da industrialização no Centro-Sul do país.

Para promover o desenvolvimento de regiões consideradas socioeconomicamente estagnadas, o governo brasileiro empreendeu um programa federal baseado na criação de instituições locais fincadas nesse objetivo, como é o caso da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

É o que veremos abaixo.

### O Estado Brasileiro e o Planejamento Regional

No século XX, a concentração espacial das indústrias na região Sudeste impactou de maneira negativa as estruturas produtivas de outras regiões brasileiras.

Para promover a desconcentração da economia, foram criadas políticas de integração e de desenvolvimento regional.

### Território e Políticas Públicas

Por meio das políticas de desenvolvimento regional, propunha-se a implantação de infraestruturas nas regiões menos desenvolvidas, com a finalidade de atrair investimentos e aumentar a oferta de empregos.

O desenvolvimento industrial iniciado na década de 1930 transformou, ao mesmo tempo, a economia e a geografia do Brasil.

No plano da economia, o modelo agroexportador foi, aos poucos, sendo substituído pelo modelo urbano e industrial que vigora no país até hoje. No plano da geografia, as diferentes regiões brasileiras passaram a se articular de maneira cada vez mais intensa, de forma a prover tanto a matéria-prima quanto a força de trabalho necessárias à produção industrial fortemente concentrada na Região Sudeste.

Esse novo contexto de industrialização e de integração nacional tornou, evidente a desigualdade de desenvolvimento entre as regiões brasileiras. O crescimento da economia da Região Sudeste contrastava vivamente com a estagnação da economia nordestina. No Nordeste, diante do desemprego resultante do declínio das atividades nas lavouras de cana-de-açúcar e nas indústrias têxteis, dos baixos salários e da concentração de terras nas mãos de poucos, muitos optaram por tentar a vida em outras regiões do país.

A Região Nordeste transformou-se em grande fornecedora de mão de obra para os principais centros urbanos e industriais do país. São Paulo tornou-se o principal destino dos migrantes nordestinos: na década de 1940, eles foram responsáveis por cerca de 60 do incremento populacional ocorrido na cidade.

Para combater a desigualdade, o governo federal lançou políticas de desenvolvimento regional. Por meio delas, esperava-se promover a desconcentração da economia, atraindo investimentos e ampliando a oferta de empregos nas regiões menos desenvolvidas. As regiões selecionadas receberiam infraestrutura (energia, estradas, portos) e incentivos fiscais, ou seja, o governo passaria a isentar ou cobrar menos impostos dos empresários que lá implantassem novos negócios.

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Técnico de Enfermagem

### ATRIBUIÇÕES NA SAÚDE PÚBLICA; SAÚDE PÚBLICA; ENFERMAGEM EM SAÚDE PÚBLICA

A saúde pública é uma área vital dentro do sistema de saúde, dedicada à promoção da saúde, à prevenção de doenças e à proteção da população contra ameaças à saúde. Ela abrange uma ampla gama de atividades que visam melhorar a saúde das comunidades e populações, por meio de políticas públicas, educação em saúde, vigilância epidemiológica e acesso a serviços de saúde.

Dentro desse contexto, a enfermagem desempenha um papel central na saúde pública. Os enfermeiros atuam como agentes de promoção da saúde, educadores, gestores e líderes comunitários. Sua atuação vai além do cuidado direto ao paciente, envolvendo-se ativamente em programas de saúde coletiva que impactam a vida de milhares de pessoas.

As atribuições dos enfermeiros na saúde pública são diversas e variam conforme as necessidades da população e as políticas de saúde em vigor. Esses profissionais são fundamentais para a execução de programas preventivos, campanhas de vacinação, controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis, além de serem agentes-chave na educação e conscientização da população sobre hábitos de vida saudáveis.

#### — Atribuições do Enfermeiro na Saúde Pública

As atribuições dos enfermeiros na saúde pública são amplas e multifacetadas, englobando desde a promoção da saúde até o planejamento estratégico de programas de saúde coletiva. As principais áreas de atuação incluem:

#### — Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças:

- Uma das atribuições centrais do enfermeiro na saúde pública é promover a saúde e prevenir doenças em nível comunitário. Isso inclui a realização de campanhas educativas que abordam temas como alimentação saudável, atividade física, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e vacinação. O enfermeiro atua diretamente nas comunidades, promovendo estilos de vida saudáveis e conscientizando a população sobre a importância de medidas preventivas para evitar doenças.

#### — Planejamento e Execução de Programas de Saúde Pública:

- Enfermeiros são frequentemente responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação de programas de saúde pública. Eles colaboram com outros profissionais da saúde para desenvolver estratégias eficazes de intervenção, baseadas em evidências científicas e nas necessidades específicas da população. Exemplos incluem programas de controle da hipertensão, diabetes, saúde da mulher e saúde do idoso.

#### — Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças:

- A vigilância epidemiológica é uma área crucial na saúde pública, e os enfermeiros desempenham um papel fundamental na coleta, análise e interpretação de dados sobre a ocorrência de doenças. Eles estão envolvidos na identificação de surtos, na notificação de casos e na implementação de medidas de controle para prevenir a disseminação de doenças. Além disso, os enfermeiros podem participar ativamente em investigações epidemiológicas e no desenvolvimento de estratégias para reduzir a incidência de doenças infecciosas e crônicas.

#### — Educação em Saúde e Orientação à Comunidade:

- A educação em saúde é uma das principais responsabilidades dos enfermeiros na saúde pública. Eles educam indivíduos e comunidades sobre práticas de saúde que podem prevenir doenças e melhorar a qualidade de vida. Isso inclui a orientação sobre higiene pessoal, alimentação balanceada, uso correto de medicamentos, prevenção de acidentes e muito mais. A educação em saúde é fundamental para capacitar as pessoas a tomar decisões informadas sobre sua saúde e a de suas famílias.

#### — Ações em Saúde Ambiental e Saneamento Básico:

- Enfermeiros também estão envolvidos em iniciativas de saúde ambiental, que visam promover ambientes saudáveis e prevenir doenças relacionadas ao meio ambiente. Eles participam de ações de saneamento básico, como campanhas de controle de vetores, promoção do acesso à água potável e saneamento adequado, além de orientar as comunidades sobre práticas que podem reduzir o impacto de fatores ambientais na saúde.

#### — Assistência e Cuidado no Contexto da Saúde Pública

Além das atribuições mencionadas, os enfermeiros desempenham um papel crucial na assistência direta a grupos vulneráveis e no manejo de doenças crônicas dentro da saúde pública.

#### — Atendimento a Grupos Vulneráveis (Idosos, Crianças, Gestantes):

- Os enfermeiros da saúde pública são responsáveis por prestar cuidados específicos a grupos vulneráveis, como idosos, crianças e gestantes. Eles realizam consultas de enfermagem, fazem o acompanhamento de pré-natal, monitoram o crescimento e desenvolvimento infantil, e implementam programas de imunização para proteger essas populações de doenças evitáveis. A atenção ao idoso inclui o manejo de doenças crônicas, prevenção de quedas e promoção do envelhecimento saudável.

#### — Manejo de Doenças Crônicas e Promoção da Saúde Mental:

- O manejo de doenças crônicas, como diabetes, hipertensão e asma, é uma área de destaque na saúde pública. Os enfermeiros desenvolvem planos de cuidados individualizados, monitoram a adesão ao tratamento e educam os pacientes sobre a

importância de manter hábitos saudáveis para controlar sua condição. Além disso, a promoção da saúde mental é uma atribuição crescente, com enfermeiros envolvidos na identificação precoce de problemas de saúde mental, apoio psicológico e encaminhamento para serviços especializados.

**– Atendimento em Campanhas de Vacinação e Ações Preventivas:**

- As campanhas de vacinação são um dos pilares da saúde pública, e os enfermeiros desempenham um papel central na administração de vacinas, no monitoramento de eventos adversos e na educação do público sobre a importância da vacinação. Eles também participam de outras ações preventivas, como campanhas de rastreamento de câncer, distribuição de métodos contraceptivos e testes rápidos para HIV e outras DSTs.

**– Participação em Programas de Saúde da Família e Comunitária:**

- No Brasil, o Programa Saúde da Família (PSF) é uma estratégia fundamental para levar cuidados de saúde primários às comunidades. Os enfermeiros são membros essenciais das equipes de saúde da família, atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde. Eles realizam visitas domiciliares, promovem o cuidado integral e coordenam ações voltadas para a saúde comunitária, sempre com o objetivo de aproximar o serviço de saúde da população.

**– Gestão e Coordenação de Serviços de Saúde Pública**

Além do cuidado direto ao paciente, os enfermeiros na saúde pública também desempenham papéis importantes na gestão e coordenação de serviços de saúde.

**– Gestão de Recursos e Organização dos Serviços de Saúde:**

- Enfermeiros frequentemente ocupam posições de liderança na gestão de recursos humanos, materiais e financeiros dentro dos serviços de saúde pública. Eles são responsáveis pela organização dos serviços, assegurando que as unidades de saúde estejam devidamente equipadas e que as equipes de saúde sejam adequadamente treinadas e dimensionadas para atender às necessidades da população. A gestão eficiente é essencial para garantir a qualidade do atendimento e a sustentabilidade dos programas de saúde pública.

**– Coordenação de Equipes Multidisciplinares e Planejamento Estratégico:**

- A saúde pública é um campo multidisciplinar, onde enfermeiros trabalham em estreita colaboração com médicos, assistentes sociais, nutricionistas, psicólogos e outros profissionais de saúde. Os enfermeiros frequentemente assumem papéis de coordenação, facilitando a comunicação entre os membros da equipe, garantindo que as metas de saúde sejam alcançadas de forma coesa e eficaz. Eles também participam do planejamento estratégico, ajudando a definir prioridades de saúde e a desenvolver políticas públicas que respondam às necessidades da comunidade.

**– Avaliação de Programas de Saúde Pública e Indicadores de Saúde:**

- A avaliação de programas de saúde pública é crucial para determinar sua eficácia e eficiência. Enfermeiros estão envolvidos na coleta e análise de dados, utilizando indicadores de saúde para monitorar o progresso dos programas e identificar áreas que precisam de melhorias. Através da avaliação contínua, os enfermeiros podem fazer recomendações para ajustes nos programas, assegurando que os recursos sejam utilizados da maneira mais eficaz possível.

**– Desenvolvimento de Políticas Públicas de Saúde:**

- Enfermeiros experientes e especializados em saúde pública podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde. Eles trazem uma perspectiva prática, baseada na experiência direta com as comunidades e no entendimento das necessidades locais. A participação dos enfermeiros no desenvolvimento de políticas garante que as estratégias de saúde pública sejam realistas, exequíveis e verdadeiramente voltadas para o bem-estar da população.

**– Desafios e Perspectivas na Enfermagem em Saúde Pública**

A prática da enfermagem em saúde pública é desafiadora, mas também oferece muitas oportunidades para crescimento e inovação.

**– Desafios Enfrentados pelos Enfermeiros na Saúde Pública:**

- Enfermeiros na saúde pública enfrentam desafios significativos, incluindo a escassez de recursos, o trabalho em áreas remotas ou de difícil acesso, e a necessidade de lidar com uma alta carga de trabalho. Além disso, a resistência da comunidade à adesão a programas de saúde, seja por falta de informação ou por barreiras culturais, pode dificultar a implementação de intervenções de saúde pública. Outro desafio é a necessidade constante de atualização e capacitação, dada a natureza dinâmica e complexa das questões de saúde pública.

**– A Importância da Formação Contínua e Capacitação Profissional:**

- Para enfrentar esses desafios, a formação contínua e a capacitação são essenciais. Enfermeiros devem ter acesso a programas de educação permanente que os mantenham atualizados sobre as melhores práticas, novas tecnologias e métodos de intervenção em saúde pública. Além disso, é importante que os enfermeiros desenvolvam habilidades em áreas como gestão de recursos, comunicação e liderança, que são cruciais para o sucesso na saúde pública.

**– Tendências e Inovações na Prática da Enfermagem em Saúde Pública:**

- A prática da enfermagem em saúde pública está evoluindo rapidamente, com a incorporação de novas tecnologias, como sistemas de informação de saúde, aplicativos móveis para monitoramento de saúde, e telemedicina. Essas inovações têm o potencial de melhorar o acesso aos serviços de saúde, especialmente em áreas remotas, e de aumentar a eficiência dos programas de saúde pública. Além disso, há uma tendência crescente de

integração dos cuidados de saúde mental nos serviços de saúde pública, reconhecendo a importância do bem-estar mental para a saúde geral.

– **Perspectivas para o Futuro da Enfermagem em Saúde Pública:**

- O futuro da enfermagem em saúde pública parece promissor, com oportunidades crescentes para os enfermeiros assumirem papéis de liderança em saúde pública. A necessidade de enfermeiros especializados em saúde pública continuará a crescer, especialmente à medida que a população envelhece e as demandas por serviços de saúde aumentam. Enfermeiros que são capazes de combinar habilidades clínicas com gestão e liderança estarão em uma posição privilegiada para influenciar políticas de saúde e melhorar a qualidade dos cuidados prestados à população.

**PROCESSO SAÚDE- DOENÇA**

Conforme está expresso na Constituição, a saúde não está unicamente relacionada à ausência de doença. Ela é determinada pelo modo que vivemos, pelo acesso a bens e consumo, à informação, à educação, ao saneamento, pelo estilo de vida, nossos hábitos, a nossa maneira de viver, nossas escolhas. Isso significa dizer que a saúde é determinada socialmente. Pode-se dizer, em termos de sua determinação causal, que o processo saúde-doença representa o conjunto de relações e variáveis que produzem e condicionam o estado de saúde e doença de uma população, que variam em diversos momentos históricos e do desenvolvimento científico da humanidade<sup>1</sup>.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças”.

A Lei n.º 8.080 define como fatores **determinantes e condicionantes da saúde**, dentre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer, o acesso aos bens e serviços essenciais e as ações que se destinam a garantir às pessoas e à coletividade as condições de bem-estar físico, mental e social. Essas ações são planejadas e executadas por outros setores do governo, com recursos específicos, e são consideradas ações intersectoriais de saúde.

— **Processo de Saúde e Epidemiologia<sup>2</sup>**

O processo de saúde é discutido e posto como qualidade de vida das pessoas (Carta de Ottawa, 1986), tendo como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. A saúde como processo dinâmico de bem estar físico, mental e social (adaptação do conceito da OMS) estabelece novas perspectivas epidemiológicas sobre a saúde po-

pulacional. Uma das mais inovadoras e transcendentais pelo seu caráter integrador e de repercussão internacional nas políticas de saúde pública foi a perspectiva canadense de Lalonde e Laframboise (1974), que definiu um marco compreensivo para a análise da situação de saúde e a gestão sanitária. No modelo de Lalonde, os fatores condicionantes da saúde na população estão localizados em quatro grandes dimensões da realidade, denominadas “campos da saúde”:

- A biologia humana, que compreende a herança genética, o funcionamento dos sistemas internos complexos e os processos de maturação e envelhecimento.

- O ambiente, que compreende os meios físico, psicológico e social.

- Os estilos de vida, que compreendem a participação laboral, em atividades recreativas e os padrões de consumo.

- A organização dos sistemas de saúde, que compreende os aspectos preventivos, curativos e recuperativos.

O Modelo dos Campos da Saúde colocou em evidência, no plano político e acadêmico, a importância de considerar uma visão mais holística ou integral da saúde pública. Os postulados centrais na proposta de Lalonde destacam que:

- A forma como é organizada ou deixam de se organizar os sistemas de saúde é um elemento-chave para a presença ou ausência de doenças na população;

- A prestação de serviços de atenção à saúde, o investimento tecnológico e tratamentos médicos não são suficientes para melhorar as condições de saúde da população;

- Os múltiplos fatores que determinam o estado de saúde e a doença na população transcendem à esfera individual e são projetados ao coletivo social.

A partir das reflexões de Lalonde, foram observados importantes avanços da epidemiologia na busca de causas da doença, além do indivíduo, na comunidade e no sistema sociopolítico.

Na tarefa para integrar as dimensões biológicas, socioeconômicas e políticas ao foco epidemiológico, começa-se a reconhecer então o surgimento de um novo paradigma: a ecoepidemiologia (Susser e Susser, 1996), que dá ênfase à interdependência dos indivíduos ante o contexto biológico, físico, social, econômico e histórico em que vivem e, portanto, estabelece a necessidade de examinar múltiplos níveis de organização, tanto no indivíduo como fora dele, para a exploração de causalidade em epidemiologia.

Sob esse paradigma, os fatores determinantes de saúde e doença da população ocorrem em todos os níveis de organização, desde o microcelular até o macro ambiental, e não unicamente no nível individual. Além disso, os determinantes podem ser diferentes em cada nível e, ao mesmo tempo, os diferentes níveis estão inter-relacionados e influenciam mutuamente a ação dos fatores causais em cada nível. O risco de infecção de um indivíduo, por exemplo, está ligado à prevalência dessa infecção nos grupos humanos que o rodeiam; a prevalência do uso de drogas em um bairro também influencia o risco de o vizinho também vir a fazer uso de drogas. Desse modo, a doença na população, sob o paradigma ecoepidemiológico, é atribuída à complexa interação multinível dos determinantes da saúde.

1 VIANNA, Lucila Amaral Carneiro. UNASUS. UNIFESP. Processo Saúde-Doença. Módulo Político Gestor.

2 Organização Pan-Americana da Saúde. Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 1: apresentação e marco conceitual. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010

Os determinantes da saúde conformam, assim, um modelo multinível que reconhece o conceito de que o risco epidemiológico é determinado individualmente, tanto histórica como socialmente. A relação entre os determinantes da saúde e o estado de saúde é, por isso, complexa e envolve muitos níveis da sociedade que, como foi indicado, atinge desde o nível microcelular até o macro ambiental.

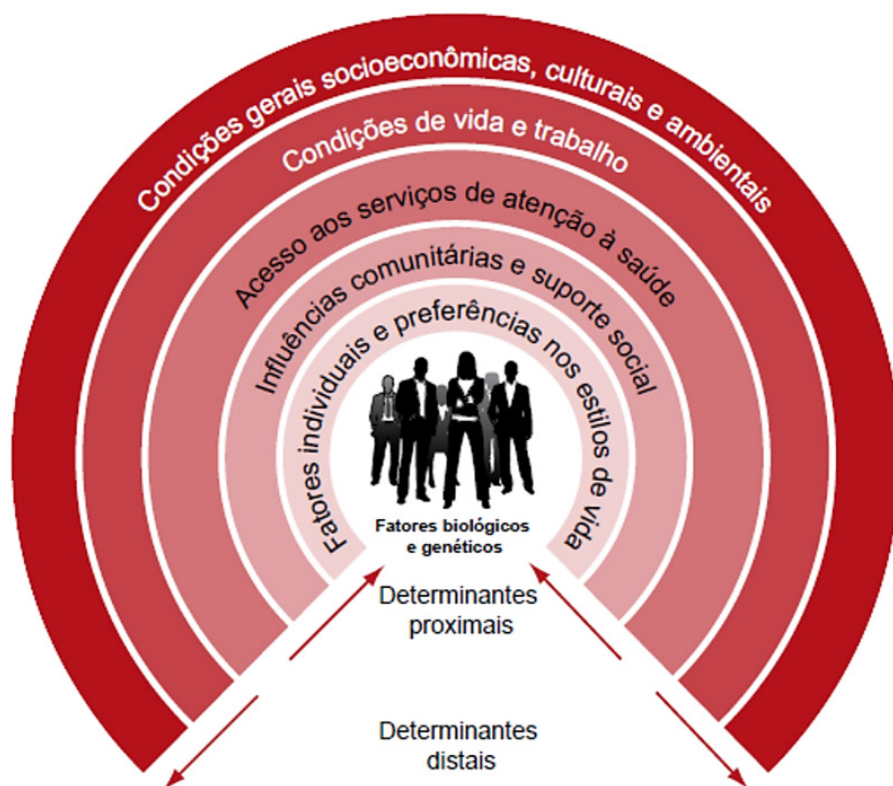


Figura 1: Traduzido e modificado de: Dahlgren & Whitehead, 1991<sup>3</sup>

Como está ilustrado, existe uma ampla categoria de determinantes da saúde, desde os determinantes proximais ou microdeterminantes, associados a características do nível individual, até os determinantes distais ou macrodeterminantes, associados a variáveis dos níveis de grupo e sociedade, isto é, populações.

— **Determinantes Sociais e Políticas Públicas**

O setor Saúde não é o gestor das políticas de saneamento básico ou ambiental, mas deve participar da formulação dessas políticas, o que significa colaborar na definição das estratégias de atuação daqueles setores, em cada esfera de governo, especialmente pela identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde da população, pela disponibilização de informações epidemiológicas e ainda pela execução de ações de saneamento típicas do setor Saúde, tais como o controle de vetores, da poluição sonora, da qualidade do ar e da água de consumo humano e dos ambientes físicos de utilização coletiva, das emissões eletromagnéticas, monitoramento do destino dos efluentes líquidos domésticos e do lixo hospitalar, colaboração com a proteção do meio ambiente e do ambiente de trabalho, dentre outros.

A saúde é um direito humano fundamental e a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de outros setores sociais e econômicos, além do setor saúde. (CONASS)

A maior parte da carga mundial de morbidade e as causas principais das iniquidades em saúde, que se encontram em todos os países, surgem das condições em que as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem. Estas condições são conhecidas como Determinantes Sociais de Saúde (DSS) e incluem os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais da saúde. (CONASS)

3. . Organização Pan-Americana da Saúde. *Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 1: apresentação e marco conceitual.* Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010